

ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

PROGRAMAÇÃO PARA 1975-77

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LAUDO NATEL

Governador do Estado de São Paulo

1) <i>Chefe da Casa Civil</i>	Henri Couri Aidar	8) <i>Secretário da Justiça</i>	Waldemar M. de Oliveira Jr.
2) <i>Secretário da Agricultura</i>	Rubens Araújo Dias	9) <i>Secretário de Obras Públicas</i>	José Meiches
3) <i>Secretário de Cultura, Esportes e Turismo</i>	Pedro de Magalhães Padilha	10) <i>Secretário da Promoção Social</i>	Mário Romeu de Lucca
4) <i>Secretário de Economia e Planejamento</i>	Sérgio Baptista Zaccarelli	11) <i>Secretário da Saúde</i>	Getúlio Lima Júnior
5) <i>Secretário da Educação</i>	Paulo Gomes Romeu	12) <i>Secretário da Segurança Pública</i>	Antônio Erasmo Dias
6) <i>Secretário da Fazenda</i>	Carlos Antônio Rocca	13) <i>Secretário do Trabalho</i>	Ciro de Albuquerque
7) <i>Secretário do Interior</i>	Hugo Lacorte Vitale	14) <i>Secretário dos Transportes</i>	Paulo Salim Maluf

2. APRESENTAÇÃO

Este documento consubstancia, em seus diversos capítulos, o OPI-Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado de São Paulo, para os anos de 1975, 1976 e 1977. Sua elaboração, neste ano, foi feita por critérios de análises setoriais, no que diz respeito à formulação de diagnósticos específicos das várias áreas de atuação do Estado, obedecendo à forma pela qual o mesmo se organiza em termos de atividades de execução e planejamento.

A peça orçamentária, entretanto, obedece aos critérios normais estabelecidos pela Portaria nº 9 do Ministério de Planejamento de 28 de janeiro de 1974 os quais introduzem as seguintes modificações básicas, em relação ao OPI apresentado no ano anterior:

- 1) A adoção dos conceitos de funções do Estado em substituição ao conceito de área de ação.

Esta modificação permite um maior detalhamento do OPI em

nível maior de agregação de dados orçamentários, substituindo sete áreas de ação por 16 funções ⁽¹⁾.

- 2) Uniformização de critérios de classificação funcional programática e definição de programas típicos e atípicos às diversas funções, possibilitando agregações a nível de programas, mesmo que enquadrados em diferentes funções. Em extensão, a adoção de critérios uniformes em todos os níveis da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal permitirá, no futuro, agregações a nível nacional.

Enquanto o primeiro capítulo apresenta a Mensagem e o projeto da Lei, o terceiro capítulo deste documento caracteriza a situação sócio-econômica do Estado, estudando seus aspectos econômicos, demográficos e regionais.

O capítulo seguinte estabelece a situação e evolução dos serviços públicos do Estado, análises setoriais, destacando os aspectos relevantes da demanda e oferta de serviços nos dife-

rentes setores, a atuação do Estado em anos passados e demais aspectos que condicionaram, de forma predominante, a programação de investimentos estaduais para o próximo triênio. Saliente-se que, sob este aspecto, em alguns casos específicos, a programação de um Estado, envolvendo objetivos nacionais, determina ação independente, mas coordenada dos Governos Federal e Estadual com vista àqueles objetivos, abrindo, inclusive, novas frentes de investimentos para o futuro.

Dentro do amplo panorama analisado nos capítulos anteriores, o quinto capítulo estabelece as diretrizes governamentais que norteiam toda a programação de investimentos.

O último capítulo destaca, dentro de cada função do Governo, os programas mais importantes e fundamentais, procurando fornecer única e exclusivamente subsídios maiores para a análise de peça orçamentária. De qualquer forma, o critério adotado é o de relevância, tendo em vista que uma análise minuciosa, dado o volume de detalhes, faria perder de vista a visão de conjunto da Programação de Investimentos do Estado.

(1) No OPI do Estado de São Paulo não consta a Função 13 - Relações Exteriores por ser esta específica do Governo Federal.

3 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO

3.1 - ASPECTOS ECONÔMICOS

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A economia paulista até o início da cultura cafeeira se caracterizou pela generalização da economia de subsistência. Nessa época a Capital funcionava como entreposto comercial para as trocas realizadas não apenas entre as regiões interiores localizadas em sua área de influência e o restante do País e o Exterior, como também, em virtude de sua excelente posição geográfica, entre as correntes comerciais de várias regiões brasileiras. No entanto, essas relações eram fracas, devido ao pequeno volume de excedente comercializável da economia de subsistência interiorana e das precárias conexões entre a Capital e sua zona de influência, ainda dividida com o Rio de Janeiro. Nem mesmo a cultura canieira e sua manufatura, exceto em curtos períodos de tempo, foram capazes de imprimir um maior dinamismo ao Estado.

O café veio modificar profundamente essa configuração, servindo de elemento impulsionador da atividade econômica estadual, ampliando e reforçando núcleos urbanos, ao mesmo tempo que firmava a função comercial da Capital, estendendo sua influência a vastas áreas do Interior. Existiu, portanto, uma estreita ligação entre a expansão cafeeira e o alargamento do espaço urbano. Este alargamento se fez necessário, dada a exigência de um conjunto variado de atividades complementares à produção, que por sua vez reclamava a existência das economias de aglomeração para operar eficientemente.

Já por volta de 1890, como consequência da cultura cafeeira, foi criada uma extensa rede de transportes, capaz de ligar a Capital às principais regiões do Estado. A criação de um

mercado financeiro e de trabalho consideráveis, onde a oferta de mão-de-obra era composta, em boa parte, por operários qualificados vindos de vários países europeus, foi outra consequência da expansão do café. Surgiu um mercado interno mais desenvolvido em relação a outras regiões do País, devido ao aumento da população, originado sobretudo de maciças correntes imigratórias, dotadas de um poder aquisitivo elevado face ao montante apreciável de renda gerada pelo setor exportador e multiplicada pelas atividades de comércio, serviços e de uma incipiente indústria produtora de bens de consumo não duráveis.

Em tais circunstâncias, era natural que a economia paulista desfrutasse de uma posição que a permitiria projetar-se rapidamente no seio da economia nacional primária exportadora. Ao mesmo tempo, as atividades econômicas do Estado criavam as condições necessárias à industrialização. Assim, a partir, principalmente, da crise da economia mundial, em 1929/33, ao forçar a transformação do sistema produtivo brasileiro, fazendo-o ingressar na industrialização substitutiva de importações, o Estado de São Paulo se colocou na ponta desta transformação.

Com efeito, a partir da referida crise e incentivado em consequência da II Grande Guerra — ambas debilitadoras da capacidade de importar, por força das quedas que impuseram às exportações de café — o processo de industrialização ou de substituição de importações veio descaracterizar a feição do sistema produtivo estadual basicamente agrícola monocultor —

heterogeneizando-o ao firmar a crença de que a economia nacional e, por suas condições excepcionais, a paulista encontrariam, na industrialização, o elemento dinâmico do seu desenvolvimento.

Deste modo, configurou-se rapidamente na economia do Estado uma nova estrutura de produção, na qual a indústria passou a ocupar um lugar de destaque. A rica herança deixada pela economia cafeeira vieram somar-se os capitais por ela liberados nos momentos de queda em suas atividades, financiando, em grande parte, a industrialização.

Uma das características principais do início do processo foi o predomínio das indústrias de bens de consumo. Em 1939, as indústrias têxteis e de produtos alimentares participavam com cerca de 52,0% no valor do produto industrial do Estado. Em 1959, com o avanço da industrialização, esse percentual caiu para cerca de 36,0%, em virtude do mais rápido crescimento dos setores de bens intermediários e de capital. A indústria metalúrgica, por exemplo, que em 1939 representava 5,0% do valor da produção industrial do Estado, em 1959, passou a representar 9,0% daquele valor.

O produto real paulista apresentou, no período, altas taxas de crescimento, sobretudo após a II Grande Guerra, quando, comandado pela expansão industrial, atingiu um nível, em 1959, cerca de 124,0% superior ao valor registrado em 1947. A indústria paulista cresceu neste período a uma taxa média de 12,6% ao ano, devido particularmente ao excepcional crescimento